

ANO 4
Nº 11
ABRIL
MAIO
2007

Maranhão Industrial

Impresso
Especial

18061/2005-DR/MA
FIEMA-MA

CORREIOS

CRÉDITO DE CARBONO

COMO AS EMPRESAS LUCRAM
COM A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

R\$ 6,7 bi para infra-estrutura

SENAI tem certificação internacional

Exploração de gás sem licença ambiental

FIEMA
SESI
SENAI
IEL

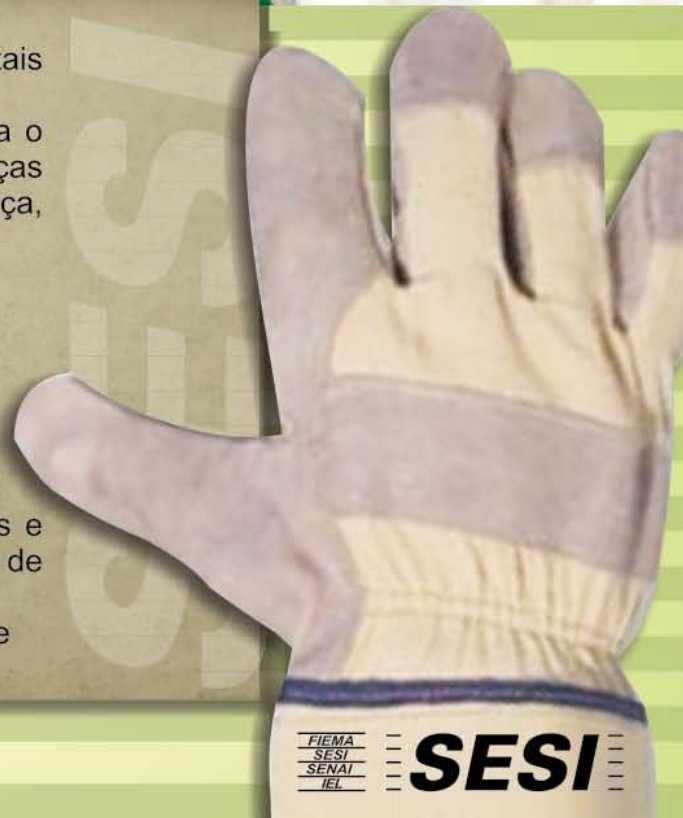
Sistema
FIEMA

Garantir
qualidade de
vida, saúde e
segurança é
fundamental
para o aumento
da produtividade
da sua indústria.



Qualidade de vida, saúde e segurança são peças fundamentais para o aumento da produtividade no ambiente de trabalho. O SESI, como parceiro da indústria maranhense, estimula o investimento da empresa na redução de acidentes e doenças ocupacionais através de ações em higiene, segurança, educação, capacitação e promoção da saúde do trabalhador.

- **Elaboração de documentos PCMSO, PPRA e PCMAT;**
- **Avaliações ambientais;**
- **Medicina no trabalho;**
- **Exames e consultas ocupacionais;**
- **Laudos periciais;**
- **Ações educativas e preventivas em saúde e segurança no trabalho** - Programa de Prevenção de Uso de Drogas e Alcool na Empresa e na Família, Programa de Prevenção de Doenças Crônicas Não Transmissíveis, Programa de Prevenção em DST/AIDS, palestras, oficinas, teatro e campanhas preventivas e educativas.



FIEMA
SESI
SENAI
IEL

SESI



15
Educação Profissional
SENAI Maranhão tem certificação internacional pelas Academias Cisco e Microsoft



16
Infra-estrututa
Mais de R\$ 6 bi estão previstos para obras do PAC



22
Crédito de carbono
Como as empresas podem atrair investimentos estrangeiros



26
Energia
Potencial de gás para indústria pode chegar a 2,1 milhões de m³/dia, mas ainda depende de licenciamento

Maranhão Industrial

SEÇÕES

Palavra do presidente 5

Recortes 6

Entrevista 10

Opinião 34

Legislação 30
Maranhão do Sul

Com ou sem divisão, interiorização da economia é base para o crescimento

Responsabilidade Social 32
Em busca de um conceito

Transparência e desenvolvimento sustentável fazem parte da ISO 26000

Ócio Criativo 35
Teatro em cena

Grupos suam a camisa em busca de apoio para suas produções

Federação das Indústrias do Estado do Maranhão
www.fiema.org.br

Presidente: Jorge Machado Mendes.

1.º Vice-Presidente: Francisco Sales Alencar.

2.º Vice-Presidente: Edilson Baldez das Neves.

Vice-Presidentes: Antonio Carlos Lopes Ribeiro, Benedito Bezerra Mendes, Carlos Augusto Fonseca Mendes, Cirilo José Campêlo Arruda, Edivan da Silva Amâncio, Francisco de Assis Miranda, Franklin Delano Marinho Rocha, Jair Rosignoli, Joanas Alves da Silva, Ricardo Nascimento, José Antonio Buhatem, José Augusto Batista, José de Ribamar Barbosa Belo, José Orlando Soares Leite Filho, José Raimundo Nunes Sarmento, José Ribamar Barbosa Oliveira, Júlio Rodrigues dos Santos, Mário Machado Mendes, Pedro Robson Holanda da Costa e William José Nagem.

1.º Secretário: Leopoldo Debitz Moreira de Moraes Régio.

2.º Secretário: Rachid Abdalla Neto.

1.º Tesoureiro: José de Ribamar Fernandes.

2.º Tesoureiro: José Ribamar Pereira.

Conselho Fiscal: José Seabra Godinho, Eduardo de Souza Leão e João Neto Franco.

Suplentes do Conselho Fiscal: Antônio Alves Barbosa, Neife Abdalla e Carlos Alberto Ferreira da Silva.

Delegados Representantes Junto à CNI:

Efetivos: Jorge Machado Mendes e Francisco de Sales Alencar.

Suplentes: Edilson Baldez das Neves e Pedro Robson Holanda da Costa.

Presidentes dos sindicatos afiliados: Ana Ruth Nunes Mendonça, Antônio Carlos Lopes Ribeiro, Antônio José Sousa Silva, Benedito Bezerra Mendes, Edvan da Silva Amâncio, Francisco de Assis Barros Carvalho, Francisco de Assis Miranda, Joanas Alves da Silva, João Alberto Teixeira Mota Filho, João de Deus Pires Leal Neto, João Neto Franco, José Raimundo Sarmento, José Antonio Buhatem, José de Ribamar Fernandes, José Ribamar Pereira, Leopoldo Debitz Moreira de Moraes Régio, Luiz Fernando Coimbra Renner, Mário Machado Mendes, Nelson José Nagem Frota, Paulo Roberto Costa Nagem, Ricardo Nascimento, Ricardo Pereira Barros e William José Nagem.

Maranhão Industrial

Revista da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão - FIEMA

Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N - Cohama

CEP 65.060-645 - São Luís-MA.

Tel: (98) 3212.1816 / 3212.1897 - Fax: (98) 3212.1804

www.fiema.org.br - maranhaoindustrial@fiema.org.br

Administração: Goreth Feitosa

Editora: Cíntia Machado

Reportagem: Cíntia Machado, Ernesto Batista, Ribamar Cunha e Selma Figueiredo.

Fotografia: Gilson Teixeira, Luis Fernando Baima, José Paulo Lacerda, Meireles Jr e Arquivo SINC.

Capa e Editoração: Almenbergues Jales

Impressão: Gráfica Minerva

Cartas para a redação:

Maranhão Industrial

Ao Editor

Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N - Cohama

CEP 65.060-645 - São Luís-MA.

As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente o pensamento do Sistema Fiema.

AO LEITOR

Prezado leitor,

Você tem em mãos a mais recente edição da Revista Maranhão Industrial, a única publicação no estado voltada especificamente para abordagem e análise de assuntos econômicos, especialmente os que interessam ao empresariado do setor industrial.

Em 2007, o Sistema FIEMA (SESI, SENAI e IEL) está investindo em um projeto gráfico e editorial ainda mais ousado para agradar aos leitores mais exigentes. A Revista Maranhão Industrial, que passa a ter periodicidade trimestral, conta ainda com a colaboração de jornalistas da área econômica e de economistas, pesquisadores e autoridades locais e nacionais.

Neste número, trataremos de dois assuntos que estão na agenda de interesse mundial: o aquecimento global e as vantagens financeiras da venda de crédito de carbono, com a atração de investimentos internacionais, e a contribuição das indústrias locais na busca por um conceito para a Responsabilidade Social.

Você também fica sabendo quais os planos do governo Jackson Lago para desenvolver o Maranhão, considerado por ele uma 'fronteira energética'; que obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo governo federal, interessam de perto ao Maranhão; porque mesmo com o potencial para exploração de gás natural o projeto ainda não saiu do papel e, por fim, o que a indústria do entretenimento produz de melhor na área teatral.

Boa leitura e até a próxima edição.

A editora

PALAVRA DO PRESIDENTE

Jorge Machado Mendes*



ZEE e a indústria

Em cerimônia marcante realizada, recentemente, no Palácio Henrique de La Roque, foram apresentados os Mapas de Aptidão Agrícola do Estado do Maranhão integrantes do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão (ZEE-MA).

Realizado pela EMBRAPA, com o patrocínio do Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Estado do Maranhão – SIFEMA, o trabalho técnico-científico é um passo essencial para a conclusão do tão esperado zoneamento.

Não vejo nenhum paradoxo no fato de o SIFEMA – uma organização de indústrias tidas como tradicionalmente poluidoras – financiar um trabalho como esse, pois, o empresário industrial maranhense tem, hoje, plena consciência de que o desenvolvimento se deve fazer de forma sustentável, em qualquer setor.

O ZEE, ao definir as potencialidades econômicas dos espaços estaduais, tendo

em conta as condições ambientais neles predominantes, é requisito básico para o estabelecimento de uma moderna política de investimentos; viabiliza a definição de investimentos e dá suporte à formulação de programas econômicos para cada região.

Colaborar com um trabalho desses é demonstrar vontade de participar, é assumir uma disposição objetiva de parceria; para o setor econômico, a atuação co-participada dos diversos setores da sociedade na busca dos objetivos comuns é exigência do mundo moderno, tal como assegurar uma economia sustentável, hoje e no futuro.

Muito positivo, esse exemplo de parceria terá repercussões benéficas, favorecendo consolidar as amarras de um pacto pelo desenvolvimento ajustado à realidade maranhense. É o que todos esperamos. ■

**Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão.*

Crescimento engessado ▶

A construção de sete mil unidades habitacionais populares e de alto padrão em São Luís nos próximos dois anos, com investimentos estimados em R\$ 240 milhões e geração de 31 mil empregos, está comprometida pela falta de distribuição de esgoto até as estações do Jaracaty e Bacanga. Desde o ano passado que o SINDUSCON-MA vem buscando uma solução junto a várias instituições ligadas ao setor da construção civil, mas ainda sem solução para o impasse.

LUIS FERNANDO BAIMA



Competitividade

Em 2007, o IEL-MA assumiu a coordenação técnica de uma das ações mais bem-sucedidas com o objetivo de tornar as empresas maranhenses mais competitivas: o Programa de Certificação de Empresas, que integra o Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF). Até o ano passado, a coordenação do Procem, realizado pela Secretaria Estadual de Indústria e Comércio com o apoio de grandes empresas compradoras de bens e serviços, como CVRD, ALUMAR, Transpetro e Eletronorte, estava a cargo do SENAI-MA. Desde 2002, 52 empresas foram certificadas nas áreas de gestão contábil, tributária e trabalhista; saúde, segurança e meio ambiente; qualidade e produtividade; e responsabilidade social.



ARQUIVO SINC

Refinaria ◀

O Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar) está ampliando a sua refinaria de alumina. O objetivo da empresa é elevar a sua capacidade de refino da matéria-prima para produção de alumínio de 1,5 milhão de toneladas/ano para 3,5 milhões. O SENAI já capacitou 136 dos 400 selecionados para o curso de capacitação de Ajudante de Multifunção, no qual os candidatos aprendem desde ética a mecânica básica.

Desequilíbrio ▼

O Maranhão encerrou 2006 com mais de US\$ 1,7 bilhão exportado, um aumento de 14,10% em comparação a 2005. Já as importações cresceram 49,20% se comparadas ao ano anterior. A consequência foi um déficit de US\$ 13,1 milhões. A Índia, assim como em 2005, foi o país que mais forneceu produtos ao Maranhão, com mais de US\$ 490 milhões de dólares. No entanto, a fatia de mercado da Índia caiu de 41,19%, em 2005, para 28,4% em 2006, cedendo espaço a outras nações exportadoras de petróleo e derivados, tais como Venezuela, Holanda, Bélgica, Cingapura, Emirados Árabes Unidos e Coreia do Sul.



Agenda Legislativa

A Federação das Indústrias vai acompanhar, a partir deste ano, a tramitação na Assembleia Legislativa de matérias de interesse do setor produtivo. Temas como financiamento, tarifas, infra-estrutura, meio ambiente, desenvolvimento tecnológico, comércio exterior, desoneração de investimentos e carga tributária são de interesse para elaboração da Agenda Legislativa. Uma expectativa do setor industrial é que seja aprovada a Lei do Zoneamento para regulamentação dos diversos usos do solo, aliando sustentabilidade ao desenvolvimento econômico.

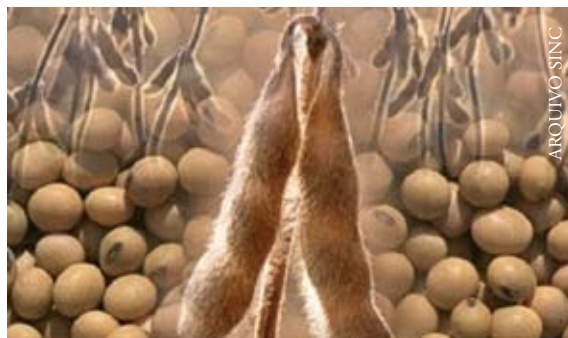
Prêmio SESI

Mais de 60 empresas estão inscritas para o Prêmio SESI de Qualidade no Trabalho. O objetivo do PSQT é estimular as empresas para a adoção de políticas que assegurem a convivência harmoniosa e produtiva entre empregadores e empregados. Este ano, com uma novidade, o SESI irá premiar além da modalidade geral nas categorias de micro, pequena, média e grande empresa, a modalidade 'especial'. Concorrem a esta última as empresas que venceram o prêmio nas duas últimas edições.

Hidrovia Parnaíba

Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ – está discutindo com representantes de órgãos de governos federal e estadual, administradores de hidrovias, transportadores, usuários, federações das indústrias, o que inclui a FIEMA, a efetiva implementação da Hidrovia Parnaíba. Isso representa aos produtores locais uma alternativa de baixo custo e de grande potencial na movimentação de cargas, com acesso aos mais importantes portos do Nordeste. Além disso, permitiria o aumento da competitividade dos produtos da região.

A ANTAQ defende que com poucos investimentos o setor hidroviário pode trazer enormes ganhos para o país, com redução de custos, menor emissão de CO2 na atmosfera e uma maior distribuição de renda e geração de empregos.



Terminal de grãos ▲

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) homologou o Terminal de Grãos do Maranhão (TEGRAM), uma infra-estrutura com área de 145 mil metros quadrados que vai garantir o armazenamento e movimentação de grãos no Porto do Itaqui. O projeto terá grande impacto para o escoamento da produção de grãos, principalmente soja, dos produtores do Maranhão, Piauí, Tocantins, Mato Grosso e sul do Pará. Com a aprovação do órgão, a EMAP está autorizada a acionar os procedimentos para a realização do edital de licitação das áreas que serão arrendadas para a instalação das empresas ligadas ao agronegócio. Fonte: Emap

Cidadania ◀

Programas que o Serviço Social da Indústria e a Rede Globo promovem todos os anos já têm data definida para acontecer no Maranhão. O Esporte Cidadania acontece dia 26/05 e o Ação Global dia 22/09. O Esporte Cidadania tem como objetivo estimular a prática de atividades esportivas, promover a inclusão social, preservar a saúde e aumentar a qualidade de vida da comunidade. Já o Ação Global, que atendeu mais de 1 milhão de pessoas em 2006, é um mutirão de cidadania, com serviços gratuitos, como emissão de documentos, para a comunidade.





Projetos de MDL ▲

Ainda este semestre, a CNI oferecerá em São Luís curso de três dias para empresários, representantes de universidades, centros de pesquisa e consultores interessados em capacitação de mudanças climáticas e elaboração de Projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpos (MDL). O objetivo é apresentar as potencialidades de negócios no mercado internacional de crédito de carbono, analisar a viabilidade de projeto de carbono nas empresas industriais e nos municípios, além de apresentar aspectos básicos aos empresários e responsáveis municipais sobre a elaboração de projetos de MDL. Mais informações podem ser obtidas no site www.cgee.org.br/cpmdl ou pelo email rvinhas@fiema.org.br.

Empresariado de luto

A morte repentina do empresário Alberto Abdalla em 08/03, vítima de infarto, deixou de luto o empresariado local. Abdalla, que foi um dos fundadores e presidente da Federação das Indústrias, esteve à frente do Sindicato das Indústrias de Arroz, criou a estrutura do SESI e do SENAI no Maranhão; foi presidente do Conselho e Diretor do SESI e do SENAI e ainda o primeiro presidente do Conselho Deliberativo do SEBRAE no estado e Conselheiro da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Tecnologia social

A empresa Mempes Montagem Eletroeletrônica LTDA, a Federação das Indústrias e o SENAI-MA estão trabalhando no desenvolvimento de uma nova tecnologia: uma máquina para quebrar coco babaçu e aproveitar todo o seu potencial. Hoje a atividade concentra 300 mil pessoas na coleta do fruto, a maioria mulheres, dos estados do Maranhão, Pará, Tocantins e Piauí. A chegada do equipamento ao mercado tem como objetivos recuperar a atividade econômica com base no babaçu, permitir a criação de micro agroindústrias, desenvolver o biodiesel a partir dessa oleaginosa e, mais importante, promover uma mudança social, já que o produto final terá um maior valor agregado.



Recorde ▲

A Companhia Vale do Rio Doce ultrapassou a barreira dos US\$ 100 bilhões de valor de mercado. O diretor-presidente da empresa, Roger Agnelli, anunciou que a Vale irá aumentar a produção de minério de ferro para 450 milhões de toneladas/ano até 2011. Ele também defendeu investimentos em energia e a implantação de usinas hidrelétricas. Fonte: CVRD.

Fronteira energética

Por Ernesto Batista

Em entrevista à Revista Maranhão Industrial, o governador Jackson Lago (PDT) defende, com base em estudo sobre o etanol realizado pela USP Esalq, que o Maranhão é uma das principais fronteiras energéticas do país. Nos planos do governo, a curto prazo, apenas a soja será utilizada como matéria-prima para a produção de biocombustível em grande escala, mas oleaginosas como algodão, mamona, girassol e babaçu poderão ser uma fonte certa de trabalho para agricultores familiares. Para sustentar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que tem sido em torno de 5%, ou até mesmo superar essa marca, o governo está apostando em duas das cadeias produtivas apontadas pela Federação das Indústrias do Estado do Maranhão como essenciais ao crescimento econômico do estado: agronegócios e minero-metalurgia. Para isso, o governador disse que alguns elos das cadeias produtivas terão incentivos fiscais diferenciados e agressivos.



Maranhão Industrial - Siderurgia é um assunto que se fala no Maranhão desde 1965 e seria uma consequência do projeto "Grande Carajás". Durante o regime militar, isso era um projeto de governo e agora é um negócio da iniciativa privada desenvolvido com grande sucesso.. O senhor acha que a retomada do interesse pelas companhias siderúrgicas no Maranhão representa a retomada do projeto 'Grande Carajás'?

Jackson Lago – O Maranhão tem grandes vantagens comparativas e competitivas para receber um pólo siderúrgico de classe mundial. Um não, mas vários pólos de classe mundial, tanto nacional quanto internacional. O que a gente pode dizer é que hoje o Estado tem conversado com alguns grupos: um brasileiro, que já demonstrou interesse, que é a siderúrgica Mearim, e um chinês. E em ambos os casos se estuda a possibilidade de implantação no continente. Isso é o que o governo tem conversado nos últimos meses. Isso é de interesse do governo, porque é uma diretriz nossa integrar o Maranhão cada vez mais na economia internacional, mas de forma que beneficie a população local. Isso é fundamental. É uma das razões pela qual a gente quer ir para o município de Bacabeira. Além disso, é uma forma de desenvolver o interior, ou seja, levar industrialização para o interior do

Estado. Além da questão ambiental, evidentemente.

MI - Pelo menos um grande player brasileiro - a Caraíba Metais, do Grupo Parapanema - já teria demonstrado interesse em se instalar no estado. Pelo que foi anunciado, o projeto é cerca de 30% maior do que o da Baosteel e vai levantar em 33,5% a produção nacional de aço. O Maranhão tem economia de escala para suportar um investimento deste tamanho? Por que as negociações não correm em aberto? Há medo de uma reação como aconteceu com o projeto Baosteel/CVRD?

JL - É uma questão estratégica que as negociações não corram em aberto. O que pode se dizer é que inicialmente estão acontecendo estudos de viabilidade técnico-financeira de todos os projetos, de todas as consultas. Até agora o governo ainda não entrou em negociações propriamente ditas. E se entrou, ainda não é de conhecimento de ninguém. Porém, o governo do Maranhão é muito transparente e tudo vai acontecer com muita transparência, no momento certo.

MI - Em 2005, as sete siderúrgicas maranhenses deram um escorregão por conta da crise do carvão e só agora estão se recuperando. Quais as políticas que o governo pensa para este

setor e como o governo vê a perspectiva da mudança da matriz energética do setor?

JL - A política energética do governo Maranhão não é conduzida por pólo de ferro gusa. São duas coisas distintas. Eu acredito que as próprias guserias têm procurado alternativas, pois elas têm que estar de acordo com a legislação ambiental e trabalhista. Inclusive a CVRD, recentemente, proibiu a venda de ferro para quem estiver desrespeitando essas legislações. Então, o governo tem, claro, uma política energética para o Estado, de energia tanto as renováveis e limpas como também os meios tradicionais. Mas a Cemar hoje não é do governo. O governo leva as reivindicações para a Cemar, apresenta as demandas, atua em conjunto com a Cemar, pois a Cemar é uma importante parceira. Também estamos buscando outras fontes de energia através do biodiesel, do etanol, do gás. Essas alternativas podem ajudar as guserias, porém o setor tem que estar de acordo com a legislação ambiental. O Sifema tem nos informado que entre três e cinco anos as guserias terão sua própria reserva de eucalipto, de onde sairá 100% do carvão vegetal. Mas isso não é um projeto do governo.

MI - Um dos grandes entraves para o desenvolvimento da indústria no estado é a questão do fornecimento de energia

elétrica. Tanto a CVRD como Alumar já disseram que não há disponibilidade de energia elétrica para tocar projetos. Como o governo estadual pretende lidar com a questão?

JL - O Maranhão não tem problema de oferta de energia e sim de distribuição. Inclusive a Secretaria de Indústria e Comércio promoveu o fórum de entraves e soluções no início do ano, no qual os empresários maranhenses identificaram a questão da energia como um grande entrave para o desenvolvimento do estado. Nós tivemos recentemente uma reunião na Cemar, quando apresentamos nossas demandas, quantidade de MVAs necessários para um grande projeto. E também estamos com a política de energia alternativa. O Estado tem conversado com termoelétricas. Somos um estado bastante aberto para iniciativas de biodiesel.

MI - Nos últimos anos, a taxa média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) maranhense foi de 5% ao ano, segundo pesquisas do IBGE. Quais as metas do governo e o caminho para se atingir esses objetivos?

JL - Acho que o PIB vai aumentar caso consigamos implementar todos os projetos prioritários previstos para o quadriênio 2007/2010, nas áreas de minero-metalurgia, desenvolvimento de micro e pequenas empresas e agronegócio. Tudo isso conjugado com o plano de metas.

MI - A Federação das Indústrias lançou em 2003 o Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Maranhão. Uma das metas do plano é o adensamento das cadeias produtivas. Como o governo pretende trabalhar para verticalizar estas cadeias e quais as perspectivas para os pequenos produtores, considerando um orçamento pequeno da Secretaria de Indústria e Comércio?

JL - Adensamento das cadeias produtivas é um ponto que consideramos importante em nosso governo. Prova disso é que reativamos as superintendências. Entre elas as superintendências de Agronegócio e a de Minero-metalurgia, principalmente, têm como prioridade adensar as cadeias produtivas. Inclusive essa questão foi colocada como prioridade em meu artigo escrito sobre o etanol,

pois sabemos que o adensamento das cadeias produtivas é um dos mais fortes instrumentos para gerar emprego e renda. Então, os projetos e programas falam por si só. Hoje não falamos em atrair apenas investimentos para a criação de fazendas de soja, para exportar só a soja. Hoje um dos projetos prioritários da nossa Secretaria de Indústria e Comércio é a cadeia produtiva de grãos, que também envolve a soja. O órgão já está trabalhando nisso de forma pró-ativa, identificando parceiros, para que a gente possa construir todo o elo das cadeias.

MI - Com exceção de algumas poucas ilhas de excelência, o estado produz pouco conhecimento e há menos experiências ainda de inovações que se tornam produtos que chegam ao público. Como o Governo Estadual pretende aproximar as indústrias maranhenses dos centros de pesquisa a fim de usar a ciência para melhorar processos, modernizar equipamentos e aumentar a produtividade? Que áreas serão prioritárias?

JL - Nosso governo está criando grupos de trabalho, que são as câmaras setoriais. Em cada grupo serão inclusos todos os atores envolvidos nas questões de dinamização da economia, de industrialização, e um deles, evidentemente, é a pesquisa e a tecnologia. É através dessas câma-



ras setoriais que vamos integrar e aproximar o que percebemos como estratégico para o desenvolvimento do Maranhão à tecnologia.



MI - O Maranhão lançou um projeto de biocombustíveis no final do ano passado. Hoje, segundo dados da Conab, o estado produz pouco mais de 2,2 milhões de toneladas de cana-de-açúcar e pouco mais de 168 milhões de litros de álcool/ano, o que significa pouco mais de 0,5% da produção brasileira. Dá para se tornar competitivo? O que o Governo está fazendo para viabilizar este projeto? Já há resultados a serem colhidos?

JL - Essa é uma questão na qual estamos somando mais esforços. Nós temos um programa estratégico voltado para o etanol. Hoje nós temos um estudo sobre o etanol, feito pela USP Esalq, que mostra que o Maranhão é uma das principais fronteiras energéticas do Brasil. O que estamos fazendo é dando apoio aos empreendimentos, atraindo investimentos, participando de feiras, como o Congresso Internacional de Agrobioenergia, que acontece em junho em Teresina. O Maranhão estará presente, mostrando todo o potencial do nosso estado. Na verdade, a competitividade da cana-de-açúcar e do etanol tem a ver com as vantagens comparativas e competitivas. As comparativas estão todas previstas no estudo feito pela USP Esalq. E as competitivas têm muito a ver com as usinas que estarão se implantando aqui. Nós, em nenhum momento, iremos intervir nessas usinas. Elas

já vêm com sua tecnologia, com seu know-how. Essa é a vantagem competitiva dela. A comparativa nós já temos. Nós temos um programa de etanol, área, infraestrutura, logística e por aí vai. O Maranhão hoje já tem um ambiente favorável à implantação dessa indústria, que hoje nós estamos trabalhando, na conversa, no diálogo, com diversos investidores, e identificando, claro, aqueles com sustentabilidade. Há uma preocupação muito grande nossa sobre esse assunto, que é a questão social. De que forma a gente pode 'surf'ar nessa onda da economia mundial e ao mesmo tempo fazer disso um processo incluyente?

MI - Quais as oleoginosas com potencial no Maranhão para levar adiante um projeto de biocombustíveis? O babaçu pode fazer parte deste grupo?

JL - Nós temos a soja, o algodão, mamona e o babaçu. Desses quatro, para projetos de biocombustível em alta escala, a matéria-prima será a soja. É claro que existem programas federais que dão incentivos às empresas que trabalhem com agricultura familiar, e a gente também tem projetos com mamona, com girasol e babaçu para que as famílias possam vender a produção para essas indústrias, mas isso é em pequena e média escala. Em grande escala, a curto prazo, só é possível através da soja. Mas existe sim a

preocupação do governo estadual em incentivar também em nível federal.

MI - O Governo pensa em algum pacote para desonerar os empreendimentos produtivos? Qual a estratégia do governo para atrair novos investidores e em que setores o governo está focado?

JL - O governo já tem um pacote de incentivos fiscais, chamado Sincoex. Nós iremos incrementar-lo, complementando-o com políticas voltadas para regiões e empreendimentos necessários tanto à industrialização do estado como para elevação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Por exemplo, queremos adensar a cadeia produtiva, então alguns elos dessa cadeia terão incentivos diferenciados, porque queremos atraí-los para o nosso estado. O governo já tem uma política de tornar o ambiente favorável, como já falei, temos uma logística diferenciada, com estrutura do Porto do Itaqui, ferrovias, rodovias, Corredor Centro-Norte. Isso é também dar aos negócios vantagens competitivas. A política de incentivos fiscais está dentro de uma política maior, que é o desenvolvimento econômico do Maranhão. Então não pode ser vista como a desoneração por si só. Mas isso já existe. Nosso pacote de incentivos fiscais, o Sincoex, é bastante agressivo, inclusive. ■

Certificação internacional

SENAI é Academia Microsoft e Cisco

Desde junho de 2006, o SENAI Maranhão passou a ser Academia Microsoft, empresa líder mundial em sistemas operacionais e aplicações. A mais nova conquista veio somar-se à parceria já existente com a Cisco, maior fabricante de equipamentos de interligação de redes do mundo, e ao curso de Especialização em LAN e WAN, iniciado este ano em parceria com o Inesul.

Trocando em miúdos, isso significa a união da maior instituição de ensino profissionalizante da América Latina (SENAI-BRASIL) com os maiores fabricantes de softwares e equipamentos de interligação de redes do planeta. Se você pelo menos uma vez na vida utilizou os serviços de correio eletrônico, realizou uma ligação do celular ou acessou a internet, em algum momento certamente isso só foi possível graças a esses fabricantes.

Desenvolvida em parceria com o Departamento Nacional do Senai, a Academia Microsoft é fruto de um convênio firmado em junho de 2006. Como Academia Microsoft, o SENAI Maranhão pode ministrar cursos como Especialista em Office, Desenvolvedores (programadores de softwares) e de Infra-Estrutura de Rede tanto no modelo presencial como à distância. Como Pólo Intel, maior fabricante de processadores, o SENAI Maranhão tem ainda um programa exclusivo para docentes. Os professores aprendem a tirar o maior proveito possível de ferramentas da Microsoft e a tornar as aulas ainda mais estimulantes para

os alunos, com novos recursos e metodologia de ensino.

“O SENAI é reconhecido no mercado, especialmente no setor industrial; tem respaldo e capacidade de trazer o novo na área de Tecnologia da Informação (TI) com a certificação das duas principais academias do mundo, resumiu o Administrador da Academia Microsoft no Maranhão e instrutor do SENAI, Henrique Costa. Por outro lado, uma pesquisa encomendada pela Cisco ao IDC (Institute Data Corporation) identificou déficit de 63% na mão-de-obra para trabalhar em Formação de Redes e nesse aspecto o Brasil é o principal alvo da empresa, que vem justamente para formar profissionais nessas áreas.

Com a Academia Cisco, que teve a primeira turma em 2002, o SENAI ministra o Programa Cisco Network Academy, suporte para solução de problemas de rede. O curso tem duração de 10 meses e os alunos são na maioria universitários e profissionais que já trabalham na área em grandes empresas.

Uma das vantagens para as corporações é a possibilidade do SENAI adequar todos os seus produtos às necessidades das empresas, apresentando soluções personalizadas. Já com a Especialização em LAN e WAN o objetivo é preparar o profissional para atender, projetar com segurança e sanar problemas de rede. Para os usuários comuns, o SENAI também dispõe de uma carteira de cursos essenciais de informática. ■


R\$ 6,7 bi para infra-estrutura

Recursos devem ser aplicados até 2010
e o montante ainda pode crescer

Um dos principais desafios do governo Jackson Lago será concluir obras de infra-estrutura essenciais para que o estado possa desenvolver a sua economia. Na lista de principais obras a serem feitas constam 29 projetos planejados - com execução até 2010 - nos setores de logística (rodovia, ferrovia e porto), irrigação, saneamento, abastecimento de água, geração e transmissão de

energia elétrica. Ao todo estes projetos consumirão cerca de R\$ 6,7 bilhões, o que equivale a um terço do Produto Interno Bruto (PIB) do estado, estimado em R\$ 15,6 bilhões, de acordo com dados de 2004.

Alguns destes investimentos estão no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva na segunda quinzena de janeiro. Já outros estão na lista apresentada pelo governador Jackson Lago à ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, de obras que precisam ser feitas no estado. "Nós estamos buscando entendimen-



ciativa privada programada para os próximos quatro anos é a Usina Hidroelétrica de Estreito (UHE). Quando se começou as obras, o investimento no projeto estava estimado em R\$ 3 bilhões. Porém, revisões aumentaram este quantitativo em 8%.

Ao todo a iniciativa privada deverá aplicar R\$ 4,26 bilhões até 2010. Além da Usina de Estreito, estes recursos deverão ser empregados na expansão da Estrada de Ferro Carajás (EFC), do terminal marítimo de Ponta da Madeira, construção de três áreas de armazenagem e um berço de granéis líquidos no Porto do Itaqui.

Há a perspectiva de que este montante possa ser ainda maior. Isso porque o volume de recursos que a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) deve aplicar na EFC e no terminal de Ponta da Madeira dizem respeito apenas à projeção de investimentos de capital para 2007. Além da Vale, os R\$ 4,26 bilhões deverão se investidos pela Suez Energy, Alcoa, Camargo Corrêa, que juntas com a mineradora formam o Consórcio Estreito Energia (Ceste), além da Petrobrás. Outras grandes empresas que atuam no setor e infra-estrutura - como a Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN), operadora da estrada de ferro São Luís-Teresina - ainda não anunciaram o seu plano de investimentos para suas operações no estado.

Outros grandes investimentos ainda poderão acontecer apenas no setor privado, como as novas extensões da EFC. O presidente da CVRD, Roger Agnelli, afirmou que a demanda por estrutura logística deverá continuar em expansão no estado a curto e médio prazos. “Temos uma demanda firme para 2007 e 2008 e já detectamos uma tendência muito forte para os dois anos seguintes por minerais.”, afirmou Agnelli.

to com o governo federal. A nossa intenção é melhorar a estrutura do estado para aumentar a nossa capacidade produtiva”, comentou o governador Jackson Lago.

Em novembro do ano passado, a revista Exame, uma das mais respeitadas publicações de economia do Brasil, lançou uma lista com as 700 obras de infra-estrutura mais importantes do país e 18 delas estão no Maranhão. São 11 obras no Porto do Itaqui; três são no setor de energia elétrica (um linhaô e a ampliação de duas subestações); um projeto de irrigação, uma hidroelétrica, uma ponte rodoviária e um ramal ferroviário. Das 29 obras, sete ainda estão sem orçamento, o que indica que o montante levantado até agora ainda pode crescer. No entanto, na lista de obras de infra-estrutura há uma ausência: o gasoduto meio-norte, planejado para fornecer gás natural ao Maranhão e Piauí, ainda é uma incógnita.

Iniciativa privada tem R\$ 4,26 bi
A maior obra de infra-estrutura da ini-

Estado e União: R\$ 2,42 bi

Já os investimentos públicos planejados estão orçados em R\$ 2,42 bilhão. Porém, nem todas as obras da lista estão com o orçamento pronto. Pelo menos duas rodovias federais e obras de construção de casas populares ainda estão sem orçamento.

As obras de saneamento e de ampliação do sistema de distribuição de água no interior e na capital estão incluídos em uma projeção feita pela Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão (Caema) para a captação de recursos do PAC: R\$ 750 milhões. Apenas duas das cinco obras listadas pela estatal têm orçamento – obras de esgotamento sanitário em São Luís e aumento da vazão do Sistema Italuís. Juntas, elas somam investimentos de R\$ 288 milhões.

Uma das obras mais importantes é a troca do sistema de esgotamento sanitário da capital, estimado em pelo menos R\$ 186 milhões que seriam obtidos do governo federal através do PAC. “É um projeto flexível que pode ser dividido em etapas de acordo com a disponibilidade financeira”, disse diretor de obras da Caema, José Augusto Teles.

Segundo o secretário de infra-estrutura, Ney Bello, o governo estadual terá que buscar apoio de recursos federais para executar rodovias, ferrovias e obras de saneamento básico. “O orçamento estadual é pequeno e temos poucos recursos para fazer investimento diante do que é preciso ser feito. O que estamos fazendo agora é ver as grandes prioridades para concentrar os recursos nelas”, disse.

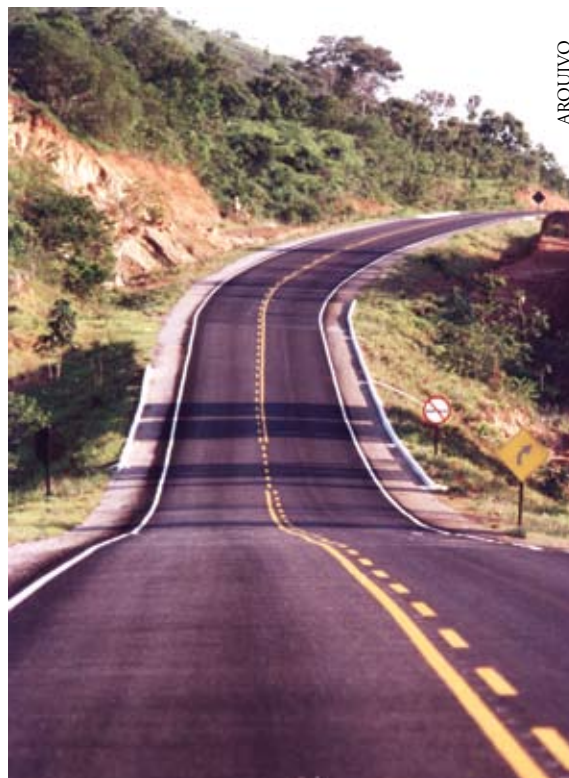
O grosso dos recursos públicos já dimensionados será destinado à infra-estrutura logística – rodovias, ferrovia e porto. Algumas obras já estão em fase de licitação, como é o caso do trecho de 80 quilômetros da BR-402, ligando Barreirinhas a Parnaíba, orçada em R\$ 123 milhões. Outras ainda estão em fase de levantamento de custos, como é o caso do ramal ferroviário ente Balsas e Estreito, que tem 204 km de extensão estimado em R\$ 742 milhões e que servirá para ligar o extremo sul do Maranhão à Ferrovia Norte-Sul (FNS).

Outras obras, notadamente as de habita-

ção, ainda nem têm orçamento feito. Já as obras de saneamento básico, como é o caso do sistema de saneamento ambiental de São Luís, aparecem apenas em uma projeção geral da Caema para captação de recursos do PAC, mas ainda não foram detalhadas pela estatal. O volume de investimentos públicos vai depender do fluxo de liberação de verbas que foram negociadas com o governo federal.

Parcerias público-privadas

Entre os investimentos também há uma pequena parcela de recursos que serão resultado de parcerias ente a iniciativa privada e o governo estadual. Notadamente, as duas obras que terão estas características vão acontecer no Porto do Itaqui, que juntas somam investimentos de R\$ 142 milhões. A mais cara é o Terminal de Grãos (Tergran) do Porto do Itaqui, cuja capacidade projetada será para movimentar R\$ 137 milhões. O presidente da Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap), João Castelo, garantiu que até 2008 a obra será entregue. “Vamos embarcar pelo Tegram parte da safra de 2007”, assegurou. ■



ARQUIVO

Setor de madeira e móveis perde mercado

O setor de móveis, que tem uma contribuição importante entre as operações de comércio exterior do Maranhão, movimentou em 2005 quase US\$ 4 milhões em exportações. Como as atividades no comércio exterior implicam sempre em operações cambiais, a variação cambial entre dólar americano e Real tem influenciado na rentabilidade dos exportadores de móveis maranhenses. A comparação com o estado do Ceará mostra que a taxa cambial do país frente ao dólar não deve ser considerada pelos empresários o principal fator para suspender suas exportações.

Foram compilados dados de 2000 a 2006, tanto de câmbio quanto de valor e volume exportado, com foco principal no período de 2003 a 2006, quando a moeda nacional passou de um valor antes muito atrativo para a atividade exportadora, para outro que chega muitas vezes a comprometer o volume enviado ao exterior.

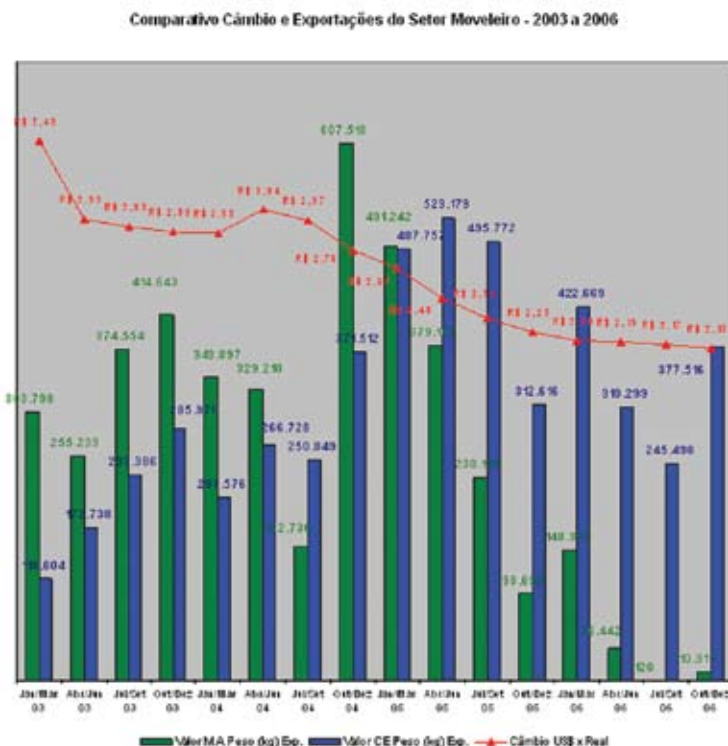
O Centro Internacional de Negócios (CIN) da FIEMA sugere que em períodos

de valorização da moeda nacional, exportar parte de sua produção dilui bastante o risco e a dependência do mercado interno, mantendo aberto o canal de distribuição, antes conquistado pelo exportador, e principalmente a manutenção do cliente.

O Maranhão, que durante o intervalo 2002-2005 exportou em média 1,2 mil toneladas, em 2006, com a queda do câmbio para R\$ 2,18 em média, exportou apenas 195 toneladas. Isso representou queda de mais de 83% nas exportações. Antes disso, o período 2004-2005 mostrou sinais de que o câmbio já não agradava o empresário maranhense, pois houve redução, ainda que tênue, em termos de volume, em pouco mais de 16%.

O Ceará, por sua vez, aumentou suas exportações durante o período de alta cambial

(2002-2005) e, no período 2004-2005, registrou um crescimento na ordem de 66% em termos de volume. Em 2006, tal quantidade foi reduzida – queda de 25% – mas manteve-se acima da média exportada nos quatro anos anteriores. ■





Aprendizagem Industrial e Serviços Técnicos e Tecnológicos. O SENAI promove cada vez mais o aprimoramento da indústria maranhense!

Recursos Humanos treinados, qualificados e atualizados; aumento da produtividade e melhoria da qualidade dos produtos oferecidos são fatores fundamentais para o sucesso de uma empresa.

O SENAI oferece, regularmente, 146 cursos em 16 áreas industriais e realiza assessoria técnica e tecnológica para o desenvolvimento da qualidade de produtos e aumento da produtividade. Os profissionais do SENAI detectam e corrigem falhas na gestão, na produção e execução de serviços, e elaboram diagnósticos e recomendações, além de disponibilizarem análises e ensaios por meio dos seus laboratórios.

Seja qual for a necessidade da indústria, o SENAI terá sempre a melhor solução.



Unidades do SENAI

Açailândia

Rua Alzino Pereira Oliveira, s/nº
Vila Bom Jardim
Fone/fax: (99) 3538-4089

Balsas

Av. Catulo, nº 205 - 1º andar
Centro
Fone: (99) 3541-9630 / 3541-9676

Bacabal

Rua Frederico Leda, s/nº
Centro
Fone: (99) 3621-1332 / 3621-1328

Caxias

Rua Gonçalves Dias, s/nº
Residencial Hélio Queiroz
Fone: (99) 3521-4198 / Fax: (99) 3521-4716

Imperatriz

Av. Juventude, s/nº,
Nova Imperatriz
Fone: (99) 3523-2488 / 3523-2424

São Luís

U. Op. Raimundo Franco Teixeira
Av. Getúlio Vargas, nº 2888
Monte Castelo
Fone: (98) 3221-0512 / 3232-0122
Fax: (98) 3221-5076
CETAM
BR 135, Km 05 - Tibiri
Fone / Fax: (98) 3241-1214



Compensações financeiras da preservação ambiental

Por Cíntia Machado

Alguns ambientalistas reclamam que a venda de crédito de carbono criada pelo Protocolo de Kyoto concedeu aos países industrializados – especialmente Estados Unidos e Europa – o ‘direito de poluir’ e que a negociação tem um resultado financeiro maior que o ambiental. Na prática, os créditos de carbono funcionam como uma espécie de ‘cenoura’ que incentiva o empresariado de todos os portes a investir em tecnologias mais limpas e a melhorar a eficiência energética a partir de investimentos estrangeiros, o que no somatório dá uma trégua ao meio ambiente.

Iniciativas nesse sentido chegam ao Maranhão - que dispõe de parque industrial com 2.532 empresas segundo o cadastro de 2006 da Federação das Indústrias - pelas mãos do setor cerâmico, mas o potencial em áreas como siderurgia e madeira e móveis é enorme. Os ceramistas se espelham no exemplo do vizinho Tocantins para, a partir do cultivo de arroz irrigado, criar combustível renovável da casca e assim substituir a lenha nativa ou mesmo de floresta plantada que alimenta os fornos.

A produção maranhense do setor cerâmico, com 105 empresas, 3.500 empregos diretos e 6 mil indiretos, é de 90 mil toneladas/mês. Pelas contas da Ong Instituto Ecológico (GO), a estimativa é que para produzir um milhão de peças, dependendo da tecnologia empregada, são consumidos 960 hectares de floresta, o equivalente a mais de 900 campos de futebol. “No Tocantins, estávamos buscando apenas ganhos ambientais, mas descobrimos que com a mudança na matriz energética as fábricas deixavam de emitir dióxido de carbono (CO₂) e isso gerava crédito de carbono negociável no mercado”, explica Cleivaldo de Sousa Ribeiro, da organização não-governamental.

E não é só isso: a casca de arroz antes descartada pelos cerealistas, ao entrar em decomposição, emite gás metano, que é 21 vezes mais poluidor que o dióxido de carbono. O custo de fabricação também teve redução de 40% no processo de queima ou 15% no custo total de fabricação com a mudança de lenha nativa para casca de arroz.

Os cálculos, ainda que inexatos, dão conta de que para cada 1 milhão de peças produzidas com a nova fonte energética, 25 mil toneladas de CO₂ deixam de ser emitidas na atmosfera. A casca de coco babaçu, com poder

calorífico maior que o da lenha e da casca de arroz, e presente nos estados do Maranhão, Pará, Tocantins e Piauí, com cerca de 18,5 milhões de hectares, também é uma fonte alternativa, além do pó de serragem e do bagaço de cana-de-açúcar.

“A casca de arroz chega a ser mais interessante que o eucalipto tanto pelo poder calorífico quanto pelo tempo de colheita. Some a isso o fato da cinza decorrente da queima da casca do arroz ser utilizada ainda como adubo para correção do solo”, enumerou o presidente do Sindicato das Indústrias de Cerâmica para Construção do Estado do Maranhão, Benedito Bezerra Mendes. A meta é reunir nos próximos meses 30 empresas do setor para a elaboração de projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL).

Carvão Vegetal - Já o setor siderúrgico maranhense, responsável por 13,4% das exportações do estado, integra a iniciativa de criar este ano o Fundo Florestal Carajás, juntamente com guserias do Pará. O objetivo é suprir a necessidade das indústrias por carvão vegetal – um de seus principais insumos – através de atividades de plantio de florestas produtivas. Até 2015, a meta é alcançar a autosustentabilidade.

As 11 empresas do Maranhão e Pará que formam o fundo se comprometeram a investir US\$ 3 por tonelada de ferro gusa produzido para as atividades do fundo, que já nasceu com US\$ 6 milhões e tem a expectativa de captar em 2007 entre US\$ 10 e 12 milhões. A meta é reflorestar, somente com recursos do fundo, cerca de 250 mil hectares nos próximos anos.

As usinas siderúrgicas de ferro gusa local adquirem no mercado o carvão vegetal através de resíduos de serrarias e de toras de madeira (galhadas), paliteiros (restante de árvores mortas

deixadas por preparo de pastagens, desmatamento de área de agricultura e por assentamentos do Incra, coque siderúrgico e carvão de babaçu. Juntas, as sete usinas siderúrgicas instaladas no estado produziram em 2006 o equivalente a 140 mil toneladas de gusa/mês. De acordo com dados da Associação das Siderúrgicas de Carajás – que inclui Maranhão e Pará – 99% da produção, com mais de 3 milhões de toneladas, é destinada a mercados externos como Estados Unidos, Japão, China, Taiwan, Coréia, Itália e Espanha.

As empresas que integram o fundo ainda não definiram se irão ou não entrar no negócio de créditos de carbono, mas especialistas apontam que este é um setor em potencial. Existem cálculos no sentido de estimar que cada hectare de floresta plantada consegue seqüestrar 10 toneladas de CO₂/ano, evitando o agravamento do efeito estufa e do conseqüente aquecimento global. Além da absorção do carbono, a utilização de madeira de reflorestamento para a produção de todo o carvão vegetal resultaria na diminuição de outras matérias-primas que geram maior dano ambiental. Quando se trata de reflorestamento, a opção é a bolsa Chicago Climate Exchange, já que no Protocolo de Kyoto não há metodologia para verificar a quantidade de carbono capturada nesse tipo de projeto.

A venda de créditos de carbono é viável para indústrias de todos os setores e portes. É o que defende Alexandre Valadares Mello, analista sênior de meio ambiente da Confederação Nacional da Indústria (CNI). “Para algumas empresas, a viabilidade não é econômica, mas social e ambiental. Otimizar o consumo de energia e evitar combustíveis fósseis na produção é uma meta que todas as empresas devem



perseguir”, destacou.

Esse mercado, ainda imperceptível para muitos empresários, representa oportunidade de captação de recursos externos para investimentos em tecnologia limpa, eficiência energética e transferência de tecnologia, por exemplo. Mas quem tiver interesse em negociar no mercado de crédito de carbono precisa acompanhar as negociações marcadas para 2008 em torno das mudanças nas regras estabelecidas pelo Protocolo de Kyoto. Países como Brasil, China, Índia e México, que ainda não têm o compromisso de reduzir a emissão de CO₂, podem passar a ter cotas, o que diminuiria e muito a atratividade do negócio a partir de 2012.



O mercado brasileiro de venda de créditos de carbono é estimado em R\$ 10 bilhões, o equivalente a 195 milhões de toneladas de CO₂. O país é o segundo em número de projetos, 94 no total, aprovados pela Organização Mundial das Nações Unidas (ONU), só perdendo para a Índia. O Brasil também ocupa a segunda posição na redução de emissão de gases poluentes na atmosfera, ficando atrás apenas da China.

Na contramão das vantagens financeiras desse mercado, ambientalistas alertam que os créditos de carbono devem servir como um meio para facilitar a mudança de um modelo de desenvolvimento econômico e não como um fim em si mesmo. ■

O que é Protocolo de Kyoto

O Protocolo de Kyoto, adotado pela Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, foi ratificado por 141 países responsáveis por 55% das emissões globais e entrou em vigor 2005.. Estabelece metas para a redução de emissões de gases de efeito estufa nos países industrializados e um modelo de desenvolvimento limpo para as nações emergentes. Determina que entre 2008 e 2012 os 30 países mais desenvolvidos diminuam em 5% as emissões em relação ao total registrado em 1990. Para não comprometer a competitividade das empresas localizadas nesses países, o protocolo cria algumas medidas de flexibilização, como a do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que permite a aquisição de créditos de carbono gerado por empresas de países emergentes. Os principais projetos de crédito de carbono negociados no MDL são os de aterro e esgotamento sanitário, eficiência energética, substituição de combustíveis e de energia renováveis, melhoria de processos produtivos, além de uso de solo e florestas. Outra forma de flexibilização criada por Kyoto é o mercado de permissões – válido para o território europeu onde a meta de redução é de 8% – que autoriza as empresas a comercializarem entre si os créditos excedentes de carbono. FONTE: Revista Indústria Brasileira/CNI

Sem gás

Projeto de gás natural ainda sem licenciamento ambiental

Por Ribamar Cunha*

Cerca de 1.900 quilômetros separam o Maranhão do sonho de entrar, finalmente, no mercado brasileiro de gás natural. Essa é a extensão do Gasoduto Meio-Norte, orçado em R\$ 2 bilhões, e cujo traçado começa no Ceará, corta o Piauí até chegar em terras maranhenses. Um sonho que parece próximo de se concretizar, mas que ao mesmo tempo se torna distante por fatores diversos, tais como mudanças no cenário macroeconômico, demora na liberação de recursos para o projeto e o burocrático processo em termos de licenciamento ambiental.

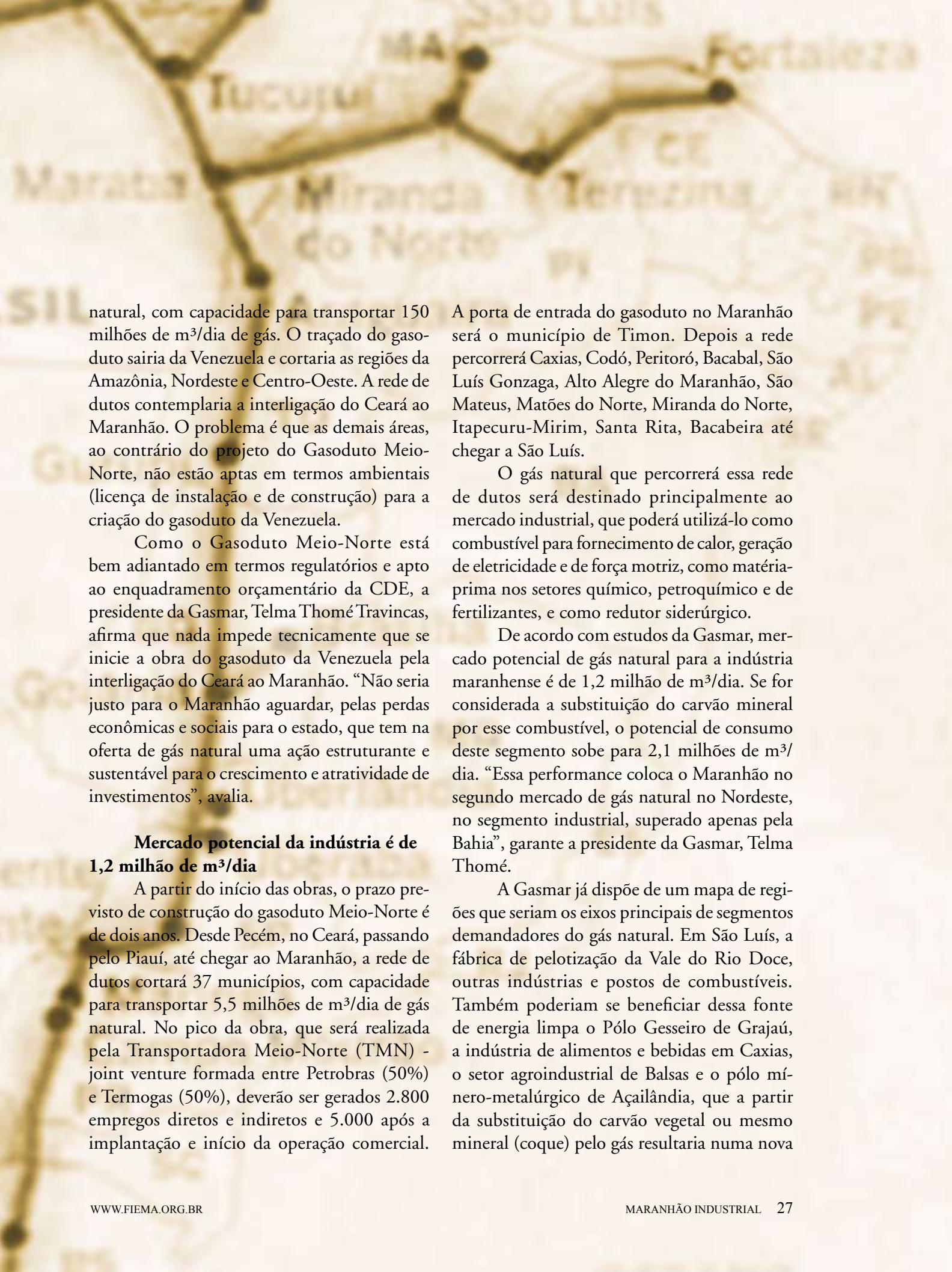
Essa espera pela construção do gasoduto já dura quase cinco anos, desde a criação da Companhia Maranhense de Gás (Gasmar) em junho de 2002, com a finalidade de distribuir e comercializar gás canalizado no estado. A composição acionária da empresa é formada pelo Governo do Estado (51%), Termogás (28%) e Gaspetro (21%). Em todos esses anos, o empreendimento do Gasoduto Meio-Norte passou por várias etapas, desde o projeto conceitual, levantamento aerofotogramétrico, licenciamento ambiental no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama) e finalmente a autorização de construção pela Agência Nacional de Petróleo (ANP). A próxima etapa e a mais esperada é o enquadramento orçamentário federal.

Enquadramento que se aguardava no

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) lançado no início do ano pelo Governo Federal e que prevê investimentos de R\$ 179 bilhões em petróleo e gás natural nos próximos quatro anos. No entanto, foram contemplados os projetos de construção do Gasoduto Urucu - Coari (Manaus), Gasoduto Sudeste - Nordeste (Gasene), e gasodutos das Malhas Sudeste e Nordeste.

Diante da não inclusão do Gasoduto Meio-Norte no PAC, os governos do Maranhão e Piauí, protocolaram pleito conjunto ao presidente Luís Inácio Lula da Silva para que o projeto receba a atenção devida, pela importância estratégica para a economia dos dois estados. Até porque, há recursos assegurados na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), fundo criado com a finalidade de financiar instalações para o transporte de gás natural para estados que não dispunham desse combustível fóssil até dezembro de 2002, casos do Maranhão e Piauí. Entre 2004 e 2006, a conta da CDE arrecadou R\$ 1 bilhão para investimentos em gás natural. Para este ano, estima-se a arrecadação de R\$ 590 milhões e de R\$ 710 milhões em 2008. A CDE tem prazo de duração de 25 anos, período em que deve arrecadar R\$ 13,8 bilhões.

Com a crise envolvendo o gás boliviano, os governos brasileiro, argentino e uruguaio vislumbraram o projeto de um mega gasoduto, interligando-se às reservas venezuelanas de gás



natural, com capacidade para transportar 150 milhões de m³/dia de gás. O traçado do gasoduto sairia da Venezuela e cortaria as regiões da Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. A rede de dutos contemplaria a interligação do Ceará ao Maranhão. O problema é que as demais áreas, ao contrário do projeto do Gasoduto Meio-Norte, não estão aptas em termos ambientais (licença de instalação e de construção) para a criação do gasoduto da Venezuela.

Como o Gasoduto Meio-Norte está bem adiantado em termos regulatórios e apto ao enquadramento orçamentário da CDE, a presidente da Gasmar, Telma Thomé Travincas, afirma que nada impede tecnicamente que se inicie a obra do gasoduto da Venezuela pela interligação do Ceará ao Maranhão. “Não seria justo para o Maranhão aguardar, pelas perdas econômicas e sociais para o estado, que tem na oferta de gás natural uma ação estruturante e sustentável para o crescimento e atratividade de investimentos”, avalia.

Mercado potencial da indústria é de 1,2 milhão de m³/dia

A partir do início das obras, o prazo previsto de construção do gasoduto Meio-Norte é de dois anos. Desde Pecém, no Ceará, passando pelo Piauí, até chegar ao Maranhão, a rede de dutos cortará 37 municípios, com capacidade para transportar 5,5 milhões de m³/dia de gás natural. No pico da obra, que será realizada pela Transportadora Meio-Norte (TMN) - joint venture formada entre Petrobras (50%) e Termogas (50%), deverão ser gerados 2.800 empregos diretos e indiretos e 5.000 após a implantação e início da operação comercial.

A porta de entrada do gasoduto no Maranhão será o município de Timon. Depois a rede percorrerá Caxias, Codó, Peritoró, Bacabal, São Luís Gonzaga, Alto Alegre do Maranhão, São Mateus, Matões do Norte, Miranda do Norte, Itapecuru-Mirim, Santa Rita, Bacabeira até chegar a São Luís.

O gás natural que percorrerá essa rede de dutos será destinado principalmente ao mercado industrial, que poderá utilizá-lo como combustível para fornecimento de calor, geração de eletricidade e de força motriz, como matéria-prima nos setores químico, petroquímico e de fertilizantes, e como redutor siderúrgico.

De acordo com estudos da Gasmar, mercado potencial de gás natural para a indústria maranhense é de 1,2 milhão de m³/dia. Se for considerada a substituição do carvão mineral por esse combustível, o potencial de consumo deste segmento sobe para 2,1 milhões de m³/dia. “Essa performance coloca o Maranhão no segundo mercado de gás natural no Nordeste, no segmento industrial, superado apenas pela Bahia”, garante a presidente da Gasmar, Telma Thomé.

A Gasmar já dispõe de um mapa de regiões que seriam os eixos principais de segmentos demandadores do gás natural. Em São Luís, a fábrica de pelletização da Vale do Rio Doce, outras indústrias e postos de combustíveis. Também poderiam se beneficiar dessa fonte de energia limpa o Pólo Gesseiro de Grajaú, a indústria de alimentos e bebidas em Caxias, o setor agroindustrial de Balsas e o pólo minero-metalúrgico de Açailândia, que a partir da substituição do carvão vegetal ou mesmo mineral (coque) pelo gás resultaria numa nova

matriz energética para as siderúrgicas de ferro gusa. Além da indústria, o gás natural poderá ser utilizado no setor automotivo, no comércio (shopping, hotéis, etc), residências (aquecimento, ar condicionado e fogões) e na geração e co-geração de energia.

Campos de petróleo e gás atraem investimentos de mais de R\$ 8 milhões

Além do Gasoduto Meio-Norte, o estado vive a expectativa da exploração de gás natural na bacia de Barreirinhas. A situação desse projeto, no entanto, é mais complicada e depende da resolução de problema de cunho ambiental para sair do papel. Mesmo sabendo das restrições do Instituto Brasileiro Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama), que não recomendara a reativação dos três campos terrestres de petróleo e gás localizados na bacia de Barreirinhas- Espigão, São João e Oeste de Canoas - por entender que a atividade causará impactos ambientais ao Parque Nacional dos Lençóis, a ANP levou as áreas a leilão.

E para surpresa, foram as áreas mais disputadas, sendo arrematadas, no total, por R\$ 8,5 milhões. Com a restrição do Ibama (que deu dois pareceres contrários à exploração), os investidores, que tinham planos de iniciar a produção de gás natural na bacia de Barreirinhas ainda este ano, até agora não conseguiram assinar o contrato de concessão das áreas na ANP. “Estamos discutindo com os órgãos ambientais a melhor forma para reativação dos poços”, tem dito o diretor comercial da Engepet, Cléber Bahia Silva Júnior. A empresa arrematou a área de Oeste de Canoas.

Uma luz no fim do túnel surgiu em janeiro passado, quando um conflito de competência sobre a responsabilidade do licenciamento ambiental foi dirimido, cabendo à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) e não ao Ibama a condução desse processo. Isso não quer dizer que a recomendação do Ibama contrária à exploração das áreas não venha mais a ser considerada. O titular da Sema, Othelino Neto, informou que nenhum investidor solicitou li-

cienciamento ambiental e que o processo pode se estender por até 12 meses.

Para a presidente da Gasmar, Telma Thomé, do ponto de vista econômico, a exploração de gás natural na bacia de Barreirinhas prevê investimentos de até R\$ 40 milhões nos próximos quatro anos, gerando uma receita média de R\$ 1,3 milhão/ano em ICMS para o Estado e royalties de R\$ 135 mil/ano aos municípios de Barreirinhas, Santo Amaro, Humberto de Campos e Primeira Cruz. Além disso, alavancaria toda a cadeia produtiva do gás natural, com a construção de pequenos gasodutos para distribuição do produto, o mercado de vendas de motores e equipamentos, oficinas conversoras de veículos, dentre outras atividades econômicas. ■



**Jornalista com especialização em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Fundação Getúlio Vargas*

Protagonistas do desenvolvimento

Empresários querem simplificar processos de licenciamento ambiental

Consciente de que para sobreviver e se tornar competitiva a empresa precisa estar em sintonia com os parâmetros ambientais, a indústria maranhense se prepara para defender posicionamentos sobre temas como biodiversidade, qualidade ambiental e recursos hídricos durante a I Conferência Brasileira da Indústria para o Meio Ambiente, que acontece de 12 a 15 em São Paulo. Antes, empresários e representantes de órgãos estaduais e municipais que tratam da temática se reuniram em São Luís e, entre outras questões, decidiram por procedimentos de licenciamento ambiental mais céleres e pela necessidade de Zoneamento Econômico-Ecológico.

Durante a Conferência Estadual realizada pela Federação das Indústrias, além da celeridade no licenciamento ambiental, a classe empresarial defende que seja exigido Estudo e Relatório de Impacto Ambiental somente nos casos de significativa degradação do meio ambiente. É necessário, disseram os empresários, fomentar a implementação de instrumentos de planejamento, a exemplo do Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE) e da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), como suporte ao processo de licenciamento ambiental.

Para a consultora em Meio Ambiente, Patrícia Boson, a Lei de Licenciamento Am-

biental não faz bem nem ao meio ambiente nem ao empreendedor por ser extremamente burocrática, morosa e não ter regras claras. Atualmente, existem três licenças ambientais (prévia, instalação e de operação). Uma das propostas da Confederação Nacional da Indústria é que haja uma única licença ambiental.

No estado, um dos principais problemas é a falta de esgotamento sanitário, que está comprometendo o crescimento do setor da construção civil. “Com esses entraves o setor está perdendo cerca de R\$ 240 milhões de investimentos destinados à construção de 7 mil unidades habitacionais nos próximos dois anos, além da geração de aproximadamente 31 mil empregos diretos, indiretos e induzidos”, revelou João Alberto Mota Filho, presidente do Sinduscon.

As empresas também querem ser protagonistas do desenvolvimento, mas esperam que o governo melhore a regulamentação e a simplificação de todos os processos, sejam eles tributário, licenciamento ou questões de logística. “Isso com certeza vai aumentar a competitividade do nosso país, gerar receitas, emprego, carteira assinada e aí sucessivamente passa-se a um ciclo positivo de ações e atividades”, defendeu Domingos Campos Neto, Gerente de Meio Ambiente e Segurança no Trabalho da Alumar. ■

Maranhão do Sul

Com ou sem divisão, interiorização da economia é a base para o crescimento

Passados 20 anos da explosão de um desejo por emancipação agora impulsionado pela recente aprovação da Comissão de

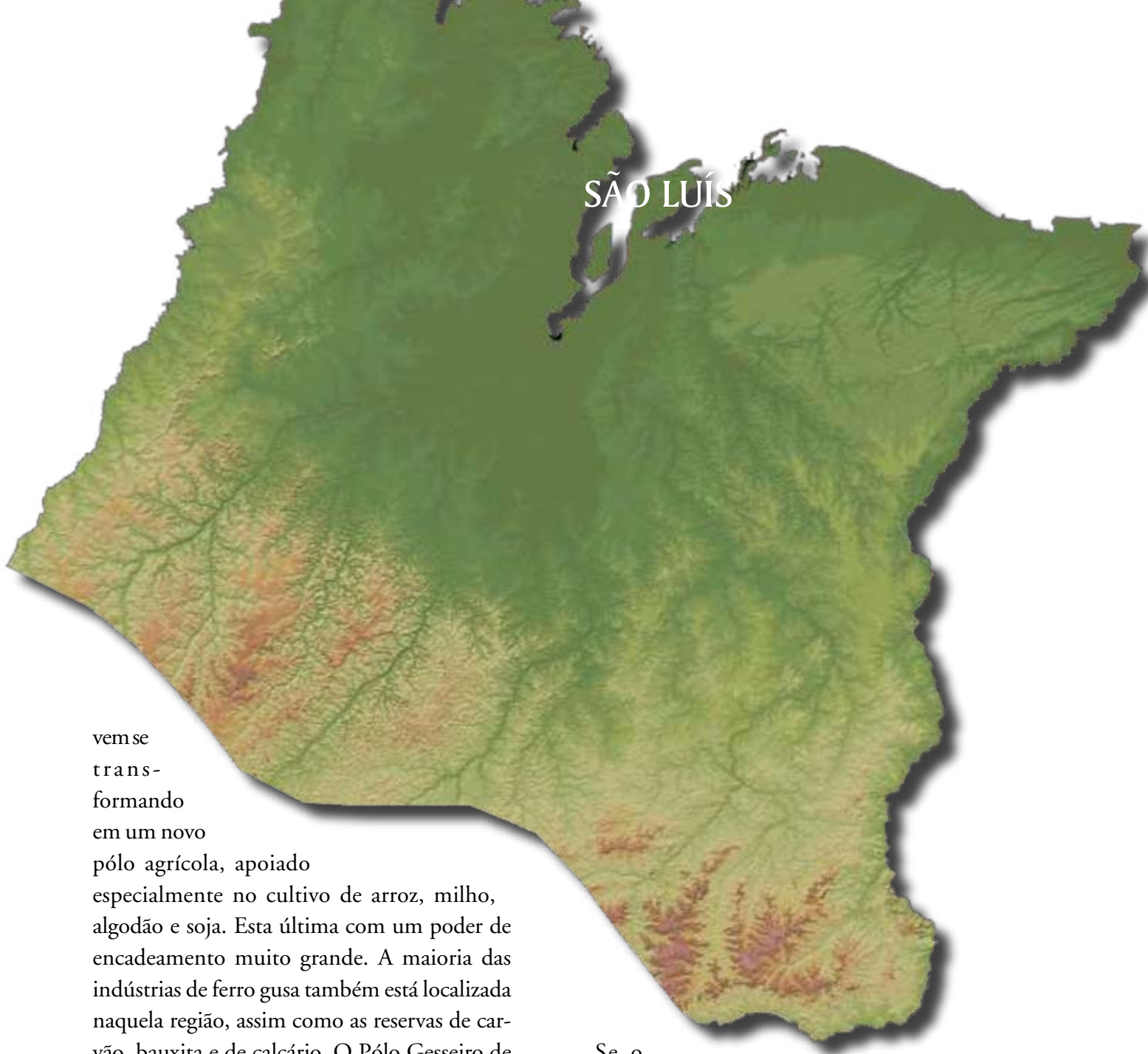
Constituição e Justiça do Senado (CCJ) de um plebiscito para criação do Maranhão do Sul, é oportuno perguntar qual a viabilidade econômica do novo estado. Sem entrar no mérito da divisão e com base em dados recentes, os sul-maranhenses amanheceriam em um estado ainda mais pobre, com estimativa de 25% do Produto Interno Bruto (PIB), que em dados de 2004 é de R\$ 16,5 bilhões. No entanto, as maiores possibilidades de crescimento econômico em relação à indústria e à agricultura ficariam no estado recém-criado.

O Maranhão do Sul teria a cidade de Imperatriz como capital; nasceria com 150 mil quilômetros quadrados; 49 municípios e 1,1 milhão de habitantes. Se por um lado a soma de tudo que a região produz não é nenhum atrativo, por outro a abundância de recursos naturais, infra-estrutura de transporte com acesso a outros mercados e matéria-prima em abundância seriam alguns dos trunfos do novo estado.

A Região de Balsas, com a participação de investidores do Centro-Oeste e do Sul do país,



IMPERATRIZ



SÃO LUÍS

vem se transformando em um novo pólo agrícola, apoiado especialmente no cultivo de arroz, milho, algodão e soja. Esta última com um poder de encadeamento muito grande. A maioria das indústrias de ferro gusa também está localizada naquela região, assim como as reservas de carvão, bauxita e de calcário. O Pólo Gesseiro de Grajaú, segundo estudos, tem potencial para superar o de Araripina, em Pernambuco, e se transformar no maior do país.

Some-se a tudo isso alguns outros empreendimentos como a esmagadora de soja e Hidrelétrica de Estreito e infra-estrutura de transporte com a Ferrovia Norte-Sul, parte da Ferrovia Carajás e a Hidrovia Tocantins-Araguaia. O Sul do Maranhão tem especial vocação para a agroindústria e ecoturismo, principalmente na região da Chapada das Mesas.

Se o Maranhão será ou não dividido, a exemplo de Goiás / Tocantins e Mato Grosso / Mato Grosso do Sul, não se sabe ainda. Mas se há algo verdadeiro em toda essa discussão é que o desenvolvimento econômico do Maranhão - com ou sem divisão - só se dará por meio da interiorização da economia com incentivo à abertura de novos negócios em municípios com comprovada potencialidade, o que as informações acima não deixam negar. ■

Em busca de um conceito

Transparência e desenvolvimento sustentável fazem parte da ISO 26000

O exercício da responsabilidade social empresarial chegou a um nível tal de excelência que o mundo inteiro está discutindo a criação da ISO 26000 com o objetivo de padronizar o conceito e sistematizar a prática das empresas. O Departamento Nacional do SESI, que participa de um grupo de trabalho composto por especialistas brasileiros na área de responsabilidade social e que está contribuindo no processo de elaboração da norma, ouviu as empresas industriais – o que inclui as maranhenses – sobre a definição preliminar de responsabilidade social. Como resultado, ‘transparência e desenvolvimento sustentável’ foram considerados relevantes na definição do novo conceito.

A Gestora e Consultora de Responsabilidade Social Empresarial do SESI Maranhão, Rita Samara, explica que quem aposta em responsabilidade social e diálogo vem conquistando mais clientes e respeito da sociedade. “Para a indústria maranhense, participar da consulta foi a possibilidade de influir no processo de construção da norma e de estabelecer um entendimento comum sobre o que de fato significa responsabilidade social, seja para diminuir confusões hoje existentes, seja para distinguir iniciativas duvidosas daquelas que podem efetivamente ser

enquadradas como socialmente responsáveis”, disse. Do Maranhão, saíram contribuições de empresas como Atlântica, CSA, EP Engenharia, Merck, Ritrama, SempreVerde, CVRD e ALUMAR, que somaram-se às opiniões de todo o país e foram discutidas posteriormente em reuniões internacionais.

Hoje, está bem claro que além de gerenciar com eficiência o próprio negócio do ponto de vista econômico, já que toda empresa tem como premissa dar lucro, tornou-se indispensável pensar o desenvolvimento de maneira sustentável, agregando valores sociais e ambientais. E isso exige abordagens articuladas e compartilhadas por todos os setores da sociedade.

Um desses públicos é o interno e, nesse sentido, o SESI dispõe de uma ferramenta de gestão para a responsabilidade social: o Prêmio SESI Qualidade no Trabalho (PSQT). Um dos maiores indicadores da realidade dos projetos executados pelas empresas é o relatório de avaliação que é entregue ao final do processo e nos quais são evidenciados, através de pesquisas, resultados mais consistentes das empresas em relação à Responsabilidade Social. “Observa-se maior preocupação das empresas em protagonizar ações de caráter social e projetos sociais, am-



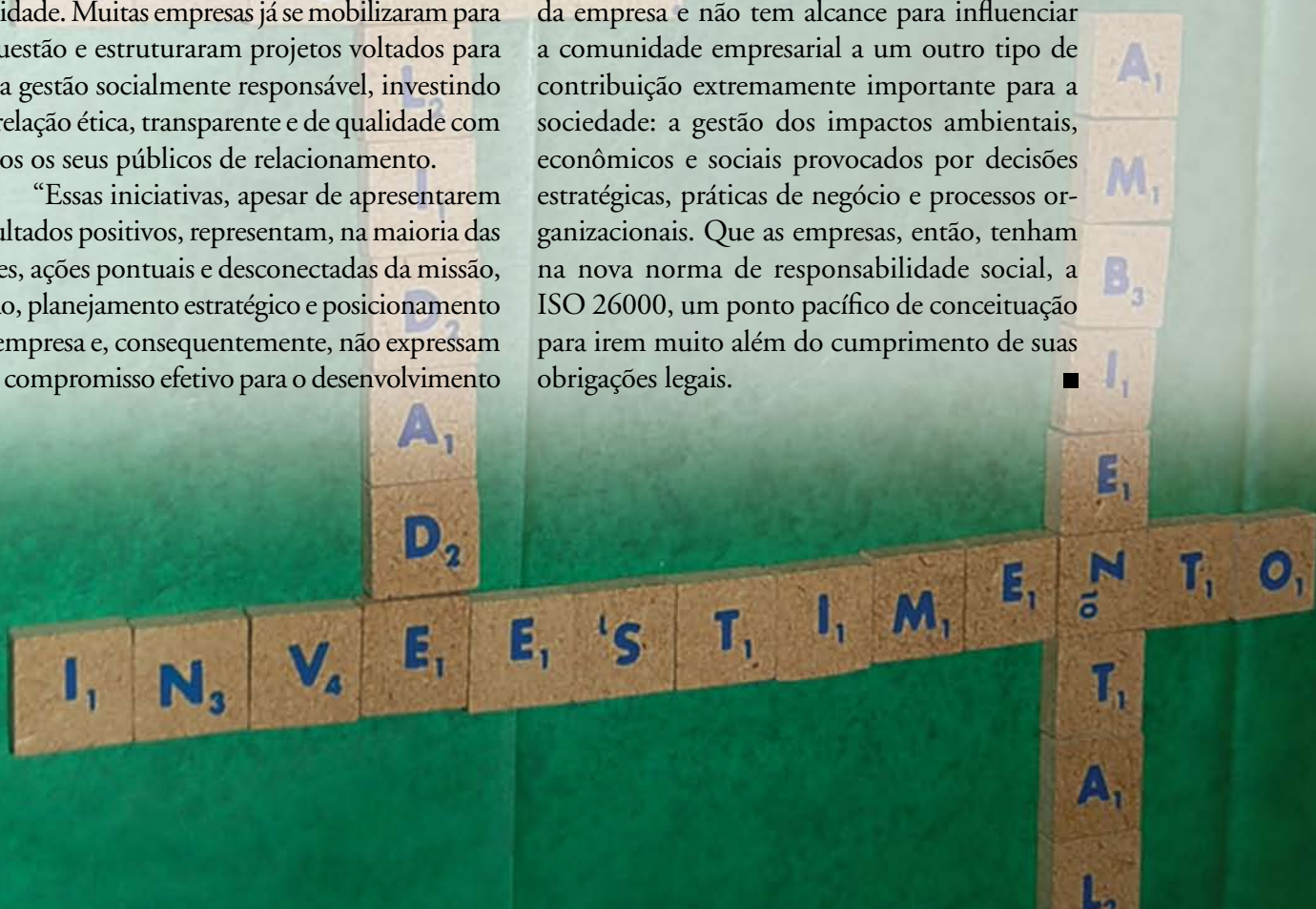
bientais e culturais mais planejados, monitorados e sistematizados. Há cada vez mais interesse em ações não assistenciais ou pontuais, mas contínuas”, analisou Márcia Marão, coordenadora do PSQT/Maranhão.

Todas as iniciativas para a melhoria das relações da empresa com todos os seus stakeholders são válidas. Há uma crescente preocupação por parte das empresas em compreender o conceito de Responsabilidade Social e incorporá-los à sua realidade. Muitas empresas já se mobilizaram para a questão e estruturaram projetos voltados para uma gestão socialmente responsável, investindo na relação ética, transparente e de qualidade com todos os seus públicos de relacionamento.

“Essas iniciativas, apesar de apresentarem resultados positivos, representam, na maioria das vezes, ações pontuais e desconectadas da missão, visão, planejamento estratégico e posicionamento da empresa e, conseqüentemente, não expressam um compromisso efetivo para o desenvolvimento

sustentável”, destacou Rita Samara, que também coordena o MBA em Responsabilidade Social realizado em parceria entre o SENAI Maranhão e o Inesul.

Muitas empresas associam responsabilidade social à ação social, seja pela via do investimento social privado, seja pelo estímulo ao voluntariado. Esse viés de contribuição embora relevante, defende a consultora, quando tratado de maneira isolada, coloca o foco da ação fora da empresa e não tem alcance para influenciar a comunidade empresarial a um outro tipo de contribuição extremamente importante para a sociedade: a gestão dos impactos ambientais, econômicos e sociais provocados por decisões estratégicas, práticas de negócio e processos organizacionais. Que as empresas, então, tenham na nova norma de responsabilidade social, a ISO 26000, um ponto pacífico de conceituação para irem muito além do cumprimento de suas obrigações legais. ■



As normas da ISO 26000

Por Lissandra Leite*

Discutir Responsabilidade Social (RS) hoje é, fundamentalmente, repensar como cada empresa se relaciona com os seus diversos públicos. Mais ainda: é acreditar que esta relação precisa ser saudável e construtiva para todos. Mas como chegar a este ponto de equilíbrio?

Boas experiências vêm sendo desenvolvidas no mundo, mas uma trilha segura começa a ser desenhada pelas discussões em torno da ISO 26000 – A ISO da Responsabilidade Social. Desde 2001, a ISO tem usado a sua experiência em normalização de processos corporativos para discutir a crescente demanda da RS. A Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e o Swedish Standard Institute (SIS), da Suécia, ficaram responsáveis por conduzir as discussões.

Até o segundo trimestre de 2008, quando a norma deve ficar pronta, terão acontecido seis reuniões em países distintos, para subsidiar sua elaboração. Avançou-se bastante sobre pontos cruciais, como a ampliação do conceito de RS para incluir aspectos de desenvolvimento sustentável e de interesses sociais, bem como considerar o cumprimento da lei como requisito básico.

Serão incluídos itens como: meio ambiente, direitos humanos, relações de trabalho, governança organizacional, práticas empresariais justas, questões dos consumidores e envolvimento comunitário e desenvolvimento social. Além disso, aspectos econômicos, saúde e cadeia produtiva serão tratados transversalmente.



Atualmente, as discussões apontam para que a ISO 26000 não ofereça certificação. Especialistas, no entanto, sinalizam para a importância de estar de acordo com estas diretrizes para o reconhecimento da qualidade das práticas de gestão empresarial.

Neste momento, para as empresas, o mais importante é começar a se apropriar das discussões e pensar, internamente, o quão a sua empresa está ou não preparada para atingir uma qualificação de tamanha importância. Para o Terceiro Setor será uma grande oportunidade para estabelecer novas parcerias, através do investimento social que esta ISO deverá provocar.

Mas, no final, quem mais ganha com tudo isso são as populações mais fragilizadas, que vivenciam situações de risco e que podem ter sua realidade transformada a partir da ação conjunta do setor privado, dos movimentos sociais e dos governos. Que bom, hein? ■

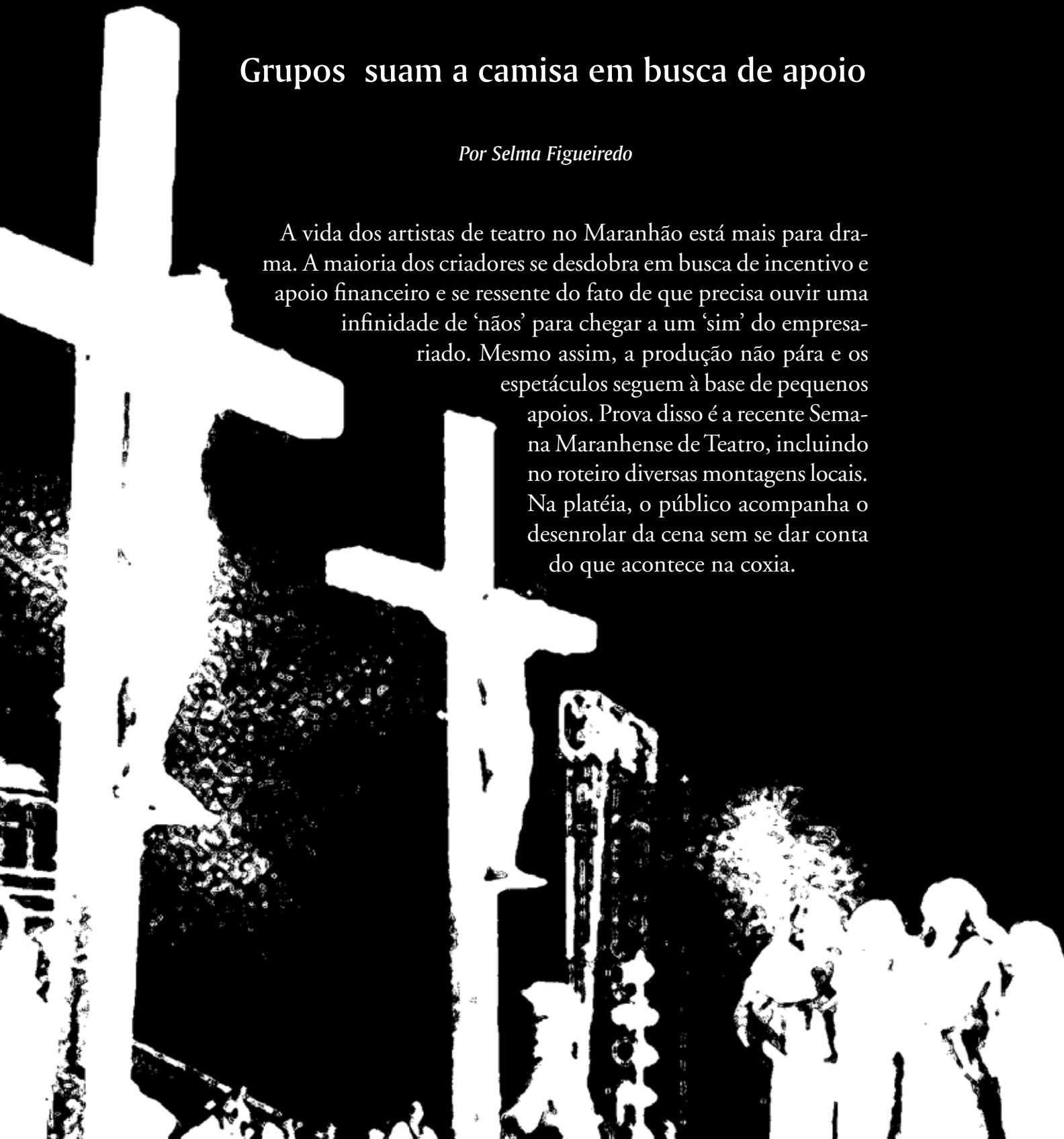
*Lissandra Leite é jornalista, especialista em Políticas Públicas e Movimentos Sociais e coordenadora de projetos da Agência de Notícias da Infância Matraca.

Teatro em cena

Grupos suam a camisa em busca de apoio

Por Selma Figueiredo

A vida dos artistas de teatro no Maranhão está mais para drama. A maioria dos criadores se desdobra em busca de incentivo e apoio financeiro e se ressentem do fato de que precisa ouvir uma infinidade de 'nãos' para chegar a um 'sim' do empresário. Mesmo assim, a produção não pára e os espetáculos seguem à base de pequenos apoios. Prova disso é a recente Semana Maranhense de Teatro, incluindo no roteiro diversas montagens locais. Na platéia, o público acompanha o desenrolar da cena sem se dar conta do que acontece na coxia.





Nesse mesmo cenário, porém, nem tudo é tragédia. Alguns poucos estão alcançando o viés da comédia romântica e sorrindo com o aceno de empresas na forma de patrocínio. Entre os exemplos positivos está o Grita, do Anjo da Guarda, cuja Via Sacra chega aos 25 anos de montagem com apoio de indústrias como a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), que este ano está investindo R\$ 80 mil na produção.

Com o incentivo, claro, o artista fica mais livre para criar e o espetáculo flui. Atualmente, os integrantes do Grita trabalham com tranquilidade e só esquentam a cabeça pensando nos componentes cênicos do espetáculo. “Hoje, nos preocupamos só com a parte lúdica. Está muito melhor”, diz Cláudio Silva, diretor-geral do espetáculo, afirmando que até a própria organização do grupo mudou após o patrocínio.

“Agora temos condições de programar as produções e, para isso, há uma diretoria e pessoas que cuidam da parte logística, como o presidente César Campos. Também temos uma empresa de consultoria, a Solar, que atua em projetos sociais de entidades e instituições”, revela. E Silva explica a descentralização dos trabalhos:

“A minha idéia é passar o cajado para outros e ficar só observando, orientando”.

Em cena, o patrocínio garante inovações e faz a peça virar o maior espetáculo ao ar livre do Maranhão. Ao todo, a montagem está orçada em R\$ 600 mil, com perspectiva de captação em torno de R\$ 250 mil. “O espetáculo seria muito mais grandioso se alcançássemos o proposto no orçamento. Como não conseguimos, o artista tem que mutilar algumas passagens”, diz o presidente César Campos.

Sonho realizado

Para quem já enfrentou o martírio de chegar às vésperas da estréia da Via Sacra tendo que tirar dinheiro do próprio bolso, a montagem atual é um sonho alcançado. Bem distante do que prega o nome, o Grupo Independente de Teatro Amador se profissionaliza cada vez mais para atender às expectativas das milhares de pessoas que acompanham o espetáculo pelas ruas do Anjo da Guarda - do Recanto da Paixão à Praça do Anjo, onde acontece o ápice da peça, com a encenação da crucificação e da ressurreição de Jesus Cristo em meio a muitos

efeitos especiais.

Os aplausos para os atores - a maioria da própria comunidade - ganham ressonância na CVRD. A empresa contabiliza saudáveis dividendos sociais com o investimento e melhora sua imagem na comunidade, até porque uma das intenções é a promoção do fortalecimento da parceria entre os moradores e a companhia, instalada na área Itaqui-Bacanga.

“O investimento da Vale na Via Sacra é o reconhecimento da empresa ao talento da comunidade. Todas as ações do espetáculo requerem uma mobilização e envolvimento dos moradores da região, vizinhos à companhia. A empresa faz questão de se fazer presente em uma ação tão rica, totalmente produzida por integrantes da comunidade. O evento, além da beleza estética também é uma mola propulsora que incentiva e valoriza a população, ao mesmo tempo em que evidencia o potencial destas pessoas no meio cultural”, afirma Gisele Collins, gerente de Comunicação da CVRD no Maranhão.

Além da peça em si, a empresa também patrocina o Memorial Via Sacra, exposição que refaz a trajetória do grupo. Sem precisar segmentos, Gisele Collins informa que a CVRD investiu R\$ 3,2 milhões em ações culturais no Maranhão em 2006.

Com sucesso e sem apoio

O sucesso da Via Sacra levou o Grupo

Grita a conquistar grandes patrocínios, mas há quem mesmo após anos de platéias lotadas não consegue acertar o passo para a próxima temporada. É o caso do elenco da Cia. Deixa de Bobagem, que há 8 anos encanta o público em Uma Linda Quase Mulher, com texto e direção de Denilton Neves, mas até hoje sua a camisa para conseguir apoio.

“Sempre é uma luta árdua levar um espetáculo para o palco. Falta uma política cultural adequada e a maioria das empresas ainda não têm visão de mercado para perceber os ganhos de ter sua marca atrelada a uma produção de sucesso. O retorno é imediato. No caso de Uma Linda..., além do nome no material gráfico, fazemos brincadeiras no palco. Espero que não demore para as grandes indústrias do estado perceberem que a cultura é grande”, observa o ator e diretor.

A Cia. Deixa de Bobagem é o nicho de produções adultas do Studio de Artes Cênicas, que abarca ainda o Grupo Os Te-Té-Le-Lés (infantil) e a Pulsar Cia. de Dança. Em todos os gêneros, segundo Denilton Neves, a dificuldade encontrada é a mesma. “A cada produção, cerca de 50% ou 60% do patrocínio são conseguidos por meio dos amigos que fazem a indicação. No Maranhão, o artista ainda tem que fazer tudo, caso contrário a peça não sai do papel. É preciso fazer a pesquisa e ensaiar enquanto se busca o apoio”, reclama o artista, pernambucano que tra-



balha há 10 anos na área de captação de recursos, mais de oito deles na capital maranhense.

Segundo ele, muitas vezes o elenco complementa o orçamento do espetáculo tirando do próprio bolso. Em alguns casos, a bilheteria é a única fonte de recursos. “Alice no País das Maravilhas foi bancada pelos ingressos já no final da temporada. Isso porque não fazemos montagens para poucas apresentações e o público faz propaganda boca a boca”, assegura.

Além fronteiras

Para quem pensa que o problema se restringe a apoio para montagens locais, o produtor Moraes Júnior deixa claro que não. Há mais de 17 anos trabalhando na área, Moraes afirma que também é difícil a captação de apoio para espetáculos que vêm de outros estados, a maioria para apresentações no Teatro Arthur Azevedo.

“Por conta dos entraves, o retorno é bem pequeno. Já cheguei a fazer produções em troca de 3% da bilheteria, que foi Dias Felizes, com Fernanda Montenegro e Fernando Torres. Hoje, essa é a prática mais comum, cada um fica com um percentual, do autor ao ator. O processo fica mais fácil quando alguma empresa grande, como a Alumar, decide comprar ingressos ou fechar uma sessão”, afirma ele.

Tentando fugir desses problemas, Moraes está apostando em produções infantis para serem apresentadas em escolas, onde os alunos asseguram a platéia. A mais recente aposta foi

a peça cearense O Segredo do Cocachin. “Os patrocinadores geralmente buscam agregar o patrocínio à venda do produto, como no caso de uma cervejaria, que prefere aliar sua marca a shows. O motivo é bem óbvio”, declara o produtor.

Sem lei

No teatro dos horrores vivido pelos artistas no Maranhão, a Lei Municipal de Incentivo à Cultura (nº 3.700) é mera coadjuvante. Criada em 22 de abril de 1998, a lei não recebe inscrições de projetos desde o segundo semestre de 2003. “Estamos acertando as dívidas dos anos anteriores para voltarmos a funcionar, inclusive com mudanças pedidas pela classe, como a criação de um fundo para os recursos”, diz Lúcia Nascimento, da Fundação Municipal de Cultura (Func).

Para amenizar o problema, a Prefeitura de São Luís patrocina diretamente alguns espetáculos, como a Via Sacra, do Grita, e reedita o Festival de Teatro Estudantil, apresentando uma seleção das melhores montagens encenadas no evento promovido pela Secretaria de Estado da Cultura.

Os artistas, no entanto, ressentem-se do incentivo. Segundo texto da Lei Municipal, os artistas deveriam encaminhar seus projetos à Func e, se aprovados, estariam aptos a captar recursos de empresas particulares em dia com o pagamento do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e/ou do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN).

Os recursos, oriundos justamente do pagamento dos impostos, seriam repassados pela Secretaria Municipal de Fazenda (Semfaz) à Func, que novamente repassaria o valor aos responsáveis pelo projeto, em três parcelas: a primeira de 40% e as outras duas de 30%. As empresas podem patrocinar até 80% do valor total do projeto. ■

**Selma Figueiredo é jornalista, com especialização em Jornalismo Cultural pela UFMA.*



MEIRELES JR



Prêmio SESI

Qualidade no Trabalho

Construindo uma indústria socialmente responsável

O Prêmio SESI Qualidade no trabalho reconhece as empresas que se destacam no exercício da responsabilidade social. É um incentivo para que empresários e funcionários construam, juntos, uma indústria saudável, proporcionando um ambiente seguro e produtivo, onde o fundamental para o sucesso é o trabalho em equipe.

Categorias:

- Grandes empresas
- Médias empresas
- Pequenas empresas
- Microempresas



Realização



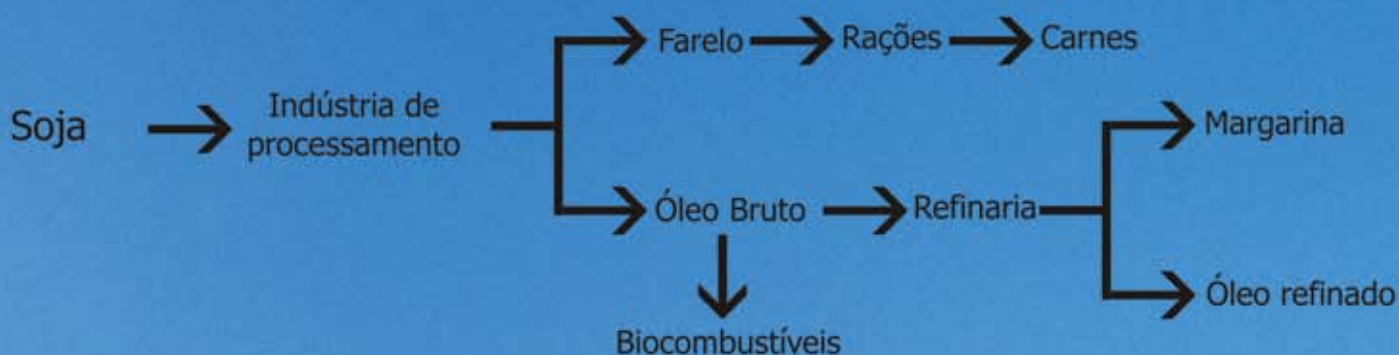
Apoio



Beneficiamento e industrialização de grãos

O Maranhão tem potencial

São excelentes as perspectivas na área do agronegócio.
A cadeia produtiva de grãos é uma das mais promissoras do estado.



Plano Estratégico de
Desenvolvimento
Industrial do Maranhão



FIEMA